



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 151ª Reunião Ordinária

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 9h, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP- PREVCOM. Participou presencialmente Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho e de forma online, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Jean Pierre Geremias de Jesus Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, membros titulares, Ana Luiza Guanaes Marino, Fábio Teizo Belo da Silva, Henrique Lima Leite, Márcio Cury Abumussi e Tiago José Kich Temperani, membros suplentes. Pela Diretoria Executiva, Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente, Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos, Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional e Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação. Ainda, Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete da Presidência e Roberto Pitaguari Germanos, assessor. Dando início à reunião, a Presidente Marina deu as boas-vindas a todos e na sequência, submeteu à apreciação do colegiado a ata da 150ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade, sem ressalvas ou ajustes. Seguindo, em atenção ao item 2 da pauta, convidou a Diretora de Investimentos Francislene Nascimento e o Sr. Rafael Sampaio, representante da Consultoria PPS para apresentarem as premissas do estudo ALM para 2024. A Diretora Francislene convidou o Sr. Rafael, representante da Consultoria de Investimentos PPS Performance, responsável pela elaboração do Estudo ALM que é realizado anualmente, para participar da reunião. A Diretora de Investimentos iniciou comentando sobre o processo de revisão das Políticas de Investimentos, citando como ponto inicial a elaboração do estudo para definição das diretrizes e parâmetros que deverão reger as alocações para 2025. A proposta a ser apresentada, sugere manter a estratégia

aplicada no exercício de 2024, com pequenos ajustes como a inclusão da classe de ativo FIDC, como alternativa de diversificação da estratégia de crédito já praticada e um pequeno acréscimo de 3% na classe de investimento no exterior, passando de 5% para 8%. O Diretor Presidente Sylvio Medeiros complementou dizendo que foi feita a consolidação dos limites do investimento no exterior entre dólar e euro, aumentando um pouco o percentual referente a soma dos dois indexadores, elevando o limite máximo para 8%. Na sequência passou a palavra ao Sr. Rafael Sampaio, que iniciou comentando sobre o processo para início dos estudos a serem elaborados para posterior apresentação ao colegiado. Ressaltou que as Políticas devem ser suportadas por Estudo de macro alocação do plano posterior para definição da alocação objetivo. A técnica de alocação de ativos que será utilizada é a “Fronteira Eficiente” construída com base no cenário econômico, na diversificação de segmentos e classes de ativos e na estratégia de macro alocação de ativos, que é parametrizada com base em estudos quantitativos, que consideram o cenário econômico traçado. Utilizando como base o cenário elaborado pela FOCUS sugeriu o cenário para a PREVCOM esperado para 2025. Os conselheiros se mostraram favoráveis a utilização do cenário FOCUS como base para os estudos.

ANO	SELIC fim do ano	IPCA	PTAX fim de ano	PIB
2025	10,50%	3,97%	R\$ 5,35	1,90%
2026	9,50%	3,62%	R\$ 5,30	2,00%
2027	9,00%	3,50%	R\$ 5,30	2,00%
2028*	9,00%	3,50%	+1%	2,00%
2029*	9,00%	3,50%	+1%	2,00%

Na sequência, iniciou a apresentação do quadro de premissas e restrições a serem utilizadas, detalhando-as individualmente e ressaltando pequenas sugestões e modificações tais como: i) a inserção na avaliação da classe de FIDC, que não possui no portfólio. É uma novidade nesta política de 2025 e terá que obedecer a certos limites, considerando a questão da iliquidez e da exposição ao risco de crédito; ii) a utilização de um benchmark mais amplo global para a classe de investimentos no exterior e a ampliação de 5% para 8% no limite máximo de exposição. As demais classes tanto de Renda Variável, Imobiliário, Renda Fixa etc., foram mantidas no patamar atual. Finalizando a apresentação a Presidente abriu a palavra para questionamentos. O conselheiro Aldo questionou por que a análise de forma separada da classe de ativo FIDC e de crédito,

se os 2 produtos são de crédito. O Sr. Rafael respondeu que os níveis de crédito são diferentes, o prêmio é diferente e o risco também, por isso devem ser avaliados separadamente. O conselheiro Aldo também questionou sobre o momento em que será analisado cada plano individualmente. A Diretora Francislene respondeu que, uma vez aprovadas as premissas, os estudos serão processados ao logo do mês de outubro. Os resultados serão discutidos com os Comitês Gestores e na reunião do Conselho Deliberativo de novembro, apresentados os resultados e opiniões dos Comitês para aprovação final. Em complemento, o Presidente Sylvio Medeiros disse que todo processo será disponibilizado no SEI. À medida que as etapas forem concluídas, o processo será atualizado. O Conselheiro Demetrius manifestou sua concordância com o aumento proposto na classe de ativos de investimentos no exterior. Reforçou a importância da diligência e monitoramento de cada investimento. O Conselheiro Mauro Ricardo, questionou as premissas para as classes de Renda Variável de Selic+5% a.a., FIPs IPCA+14% e Multimercados Selic+1,5%. O Sr. Rafael esclareceu que se trata de uma proposta, mas que os percentuais podem ser ajustados, lembrando que as premissas visualizam um horizonte de longo prazo. Relativo a Renda Variável a meta calculada está embasada em estudos específicos para ações Brasileiras elaborados pelo conceituado Professor Aswath Damodaran. Em relação a Multimercados a justificativa é que no ambiente de taxa Selic mais baixo o multimercado tem mais folego para montar suas posições e gerar valor. Acredita que é uma janela difícil, mas que tem espaço para melhorar. Atenção para o fato que a redução da taxa além do proposto, não trará diferencial a classe e conseqüentemente ser eliminada de partida. O Conselheiro Mauro Ricardo insistiu na redução, reforçando sua expectativa de que o segmento Multimercado permanecerá gerando resultados negativos. O Sr. Rafael explica que hoje temos visto a curva de juros em um patamar que dificilmente irá se sustentar, que acredita que os gestores de multimercado têm espaço para gerar valor. O Conselheiro Mauro Ricardo questiona se a expectativa apresentada para os FIPs tem ocorrido nas carteiras. O Sr. Rafael explicou que o objetivo é de longo prazo. A Diretora Francislene informou que o investimento efetuado no FIP Spectra VI, em 31 de março de 2023, acumula rentabilidade positiva de 35%, o FIP Vinci VCP IV, investido em abril 2024 acumula 13%, o FIP Economia Real investido em 2020 acumula 109% de retorno. Alerta que o olhar para essa classe deve ser de longo prazo, é um projeto de 8 a 10 anos. O Sr. Rafael reforça que os períodos do investimento passam por um período de maturação e de desinvestimento. Entende que os investimentos atuais da Prevcem estão bem diversificados e com os melhores gestores do mercado. É importante olhar a classe como um projeto integro. O Conselheiro Mauro Ricardo insiste na redução das taxas propostas nas premissas. O Conselheiro Dutra comentou que a alteração da meta atuarial dos planos para IPCA+5% é muito bem-vinda. Em relação as premissas para a classe FIPs está de acordo, mas que concorda com uma redução em Renda Variável. A Diretora Francislene complementa que em 2023 a expectativa para Renda Variável era de Selic+6% e esse ano já foi reduzido para Selic+5%. Com relação aos FIPs as propostas recebidas dos gestores baseiam-se em retornos esperados no longo prazo entre IPCA+15% e IPCA+18%. O Conselheiro Mauro Ricardo manifestou o seu de acordo com relação a premissa definida para os FIPs e insiste na redução de renda variável e multimercado. O Conselheiro Demetrius, diz que compactua com a ideia do Conselheiro Mauro e que também concorda com uma redução nas expectativas para Renda Variável. Após discussão entre os Conselheiros e Diretoria, o Sr. Rafael sugeriu a redução da premissa de Renda Variável para Selic+4% e

manutenção das demais classes (FIP e Multimercado). A Diretora Francislene concordou e reforçou que para fins de enquadramento é necessário manter um percentual mínimo da classe multimercados, não para fins de efetivo investimento, mas para garantir que os fundos que compõem nossa carteira e possuem esse ativo não fiquem desenquadrados. O Presidente Sylvio reforçou que a meta atuarial da entidade deve ser revisada para IPCA+5% a.a. O Conselheiro Mauro Ricardo pediu que a Diretora de Investimentos providencie uma relação de metas atuariais praticadas por nossos pares, para ser utilizado como balizador para definição e revisão da meta da Prevcom. Finalizando as discussões a Presidente do Conselho Marina Battilani solicitou a confirmação dos conselheiros em relação a proposta apresentado e todos os conselheiros manifestaram integral concordância com todos os itens da proposta descrita abaixo.

○ IMA-S	SELIC	
○ IMA-B 5	IPCA + 6,53% a.a.	
○ IMA-B 5+	IPCA + 6,48% a.a.	
○ NTN-B HtM	Yield médio da carteira	
○ RF – Gestão Ativa	SELIC + 0,50% a.a.	
○ Crédito Privado	SELIC + 1,00% a.a.	< 20,0%
○ FIDC	SELIC + 2,00% a.a.	
○ Renda Variável (doméstica)	SELIC + 5,00% a.a.	< 20,0%
○ Multimercados estruturados	SELIC + 1,50% a.a.	< 5,0%
○ FIP	IPCA + 14,00% a.a.	< 15,0% (mín. 10%)
○ I. Exterior: MSCI World e MSCI Europe	ΔPTAX + T-Note 10y + ERP	< 8,0%
○ Imobiliário	SELIC + 2,00% a.a.	< 5,0%
○ Empréstimos	IPCA + 4,00% a.a.	< 15,0%

Obs.: A classe de empréstimos é alocada conforme a demanda. A Política pode prever o uso da classe até o limite da legislação.

T-Note 10y = 3,5% a.a.
ERP = 6,9% a.a.

pps portfolio performance

Em atenção ao item 3 da pauta, a Presidente convidou os Senhores Wilson Mattar, Evenilson Balzer e Maurício Augusto Souza Lopes para fazer a exposição da versão final da proposta de alteração do Regimento Interno do COAUD. O Sr. Wilson passou a discorrer sobre os pontos específicos a serem alterados, em atendimento as recomendações do Conselho Deliberativo apresentadas na reunião ordinária de setembro de 2024. Nesse sentido o colegiado deliberou: 1) em relação a proposta de exclusão do parágrafo 3º do artigo 3º, que trata da possibilidade de participação dos membros do COAUD no processo seletivo para escolha dos novos membros, o colegiado, por unanimidade, não acolheu a proposta de alteração; 2) no tocante a inclusão dos parágrafos, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º no artigo 9º, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos e organização de documentação, o colegiado, por unanimidade, aprovou a inclusão dos parágrafos; e 3) Sobre a proposta de inclusão dos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º no artigo 15 do Regimento, o colegiado, por unanimidade, aprovou a inclusão dos parágrafos. No item 4 da pauta,

sobre a proposta de Política Interna de Elaboração de Normativos, o Diretor Presidente iniciou informando que o objetivo de a Fundação ter uma Política Interna de Elaboração e Gestão de Normativos está conectada com o grau de Governança, na medida em que se define o que é normativo, aqueles que são de caráter estratégico e os que são de caráter tático, bem como os documentos que não tem caráter normativo. O objetivo é estabelecer diretrizes de elaboração, revisão e aprovação dos normativos internos vinculados à Prevcom, assegurando o controle, a gestão dos documentos, a uniformização bem como maior segurança e qualidade do ambiente normativo da Fundação. O Estatuto Social atribui ao Conselho Deliberativo a competência para aprovação de Políticas da Entidade. Assim, entende ser de alçada e competência do Conselho Deliberativo manifestar-se a respeito da Proposta de criação da Política Interna de Elaboração e Gestão de Normativos. Iniciou destacando a definição dos objetivos, as características principais do documento e a quais diretrizes ele responde, ao tempo em que sugere a estrutura básica a ser observada quando da elaboração de alguns tipos de normativos de caráter estratégico, de comum acordo com a legislação vigente e em simetria a Portaria Normativa da Advocacia-Geral da União de similar teor. Ainda, comentou o fluxo do desenvolvimento dos documentos, as etapas necessárias de fluxo e governança e de suas revisões, estabelecendo alçadas de aprovação e vigência dos documentos normativos. Considerando o envio da minuta, dentro do prazo regimental, ao colegiado, a Presidente Marina entende estar o tema apto para deliberação, abrindo a palavra para que os conselheiros manifestem suas dúvidas e questionamentos. A Presidente Marina iniciou sugerindo que se faça constar da Política que haverá, no site da Fundação, um repositório atualizado de todos os atos normativos, de caráter público, como portarias e deliberações do Conselho Deliberativo, dispostos por ordem de data ou tipo de documento, facilitando a consulta por pessoas da Fundação ou por qualquer cidadão que tenha interesse. Ainda, sugeriu atribuir um prazo para adequação de todos os normativos atualmente vigentes aos critérios da nova Política, sugeriu, ainda, criar uma regra para numeração por tipo de ato normativo, extensivo às deliberações do Conselho, podendo ser no intervalo de um ano ou em ordem sequencial continuada. Por fim, sugeriu excluir da Política proposta todos os itens referentes a sigilo e temporalidade de documentos, justificando que essas questões devem ser tratadas em outro ato normativo ou Política específico para tanto. Seguindo, a Presidente colocou a palavra à disposição. Não havendo mais questionamentos, o colegiado acordou que a Diretoria Executiva incorpore as alterações propostas e reenvie ao colegiado a minuta ajustada. Considerando que o processo completo está disponibilizado no SEI, o Diretor Presidente recomendou que as sugestões sejam ali inseridas de forma a manter o registro e histórico do processo. Ainda, solicitou à Presidência do Conselho, se possível, priorizar a deliberação em reunião extraordinária, visto que a norma proposta é predicado para outros temas em andamento. Tudo isso deverá estar em linha com a Política proposta, motivo do pedido de urgência na sua aprovação. A Presidente do Conselho parabenizou a Diretoria Executiva pela iniciativa, que facilitará, no futuro, a busca de toda e qualquer informações de forma organizada. O Diretor Presidente ressaltou que o processo traduz a forma de como a Diretoria Executiva pretende encaminhar proposições ao Conselho Deliberativo. Seguindo para o item 5 da pauta, a Presidente comunicou o recebimento das Portarias nº 1.119, de 30.08.24 e nº 1.198, de 12.09.24, do Senhor Prefeito Municipal de São Paulo, indicando a Sra. Rosana Rodrigues da Silva Favaro em substituição a Sra. Thaís Barcellos Rodrigues e o Sr. Conrado Valentin Tristão em substituição a Sra. Regina Maria Silvério, para composição do

Comitê do Plano de Benefícios PREVCOM SP PREVIDÊNCIA. Seguindo, comunicou o recebimento do Ofício nº 091/GB/PRES/2024, da Presidência da Câmara Municipal de São Paulo, comunicando a substituição do Sr. Mário Sérgio Maschietto pelo Sr. Paulo Augusto Baccarin, como seu representante no Comitê Gestor do Plano de Benefícios PREVCOM SP-PREVIDÊNCIA. Considerando que os novos membros indicados apresentaram a documentação exigida para o exercício da função, a Presidente do Conselho submeteu as indicações ao colegiado, acolhidas por unanimidade. Para comentar sobre o item 6, o Diretor Presidente, retomando a palavra, comunicou a adesão dos municípios de Caieiras, Ilha Solteira e Taiaçu ao Plano PREVCOM MULTI. Seguindo, informou que em vista da revisão da Política de Investimentos, estão sendo iniciados estudos visando a elaboração de uma Nota Técnica a ser encaminhada oportunamente ao Conselho Deliberativo para aprovação, tratando sobre a possibilidade do retorno de marcação de títulos de Renda Fixa na curva. Referida Nota Técnica após aprovada, será encaminhada, institucionalmente, ao Ministério da Previdência, em parceria com ABRAPP, ABIPEM e outras entidades, propondo retorno dessas operações, refletindo o anseio do segmento, considerando que a marcação na curva tem o benefício de reduzir a volatilidade, permitindo títulos com vencimentos mais longos. Seguindo, ao apresentar o Diretor de Tecnologia da Informação, Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, destacou o trabalho de integração dos sistemas que está sendo realizado, automatizando-se o processo de transferência de informações entre sistemas, que antes era feito de maneira manual. O Diretor Alessandro disse tratar-se de um processo relativamente simples, de automação, onde se busca integrar os sistemas internos da Fundação, garantindo a integridade e a segurança das informações, além de automatizar, viabiliza o direcionamento da mão de obra operacional para trabalhos de gestão, análise e conferência dos dados, dando uma maior transparência. Retomando a palavra o Diretor Presidente comunicou o pedido de demissão da Sra. Angelita, responsável pela contabilidade, e que Diretoria está buscando novo profissional para a função. Na sequência, passou a palavra a Sra. Vanessa, Diretora Administrativa, que comentou sobre o estágio do processo de alteração da estrutura administrativa proposta. Disse que o processo retornou da Coordenadoria das Entidades Descentralizadas solicitando pequenos ajustes e que após atendidos será devolvida para análise e posteriormente encaminhada a Casa Civil, para aprovação. Finalizando, apresentou o Sr. Wânnius, Nazário, auditor interno, que substituiu o Sr. Edenilson. O Sr. Wânnius ao se apresentar, de forma sucinta, discorreu sobre sua formação, trajetória e conhecimentos adquiridos. Funcionário aposentado do Banco do Brasil, foi para a BB DTVM, na sequência para a Diretoria de Seguridade da PREVI, Ecônomos, Diretor de Previdência da GEAPE, Casa da Moeda do Brasil e Conselheiro junto ao ICSS. O Conselheiro Demétrius ao dar as boas-vindas, ressaltou a importância da impessoalidade na condução e análise dos processos trazendo a Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo tranquilidade e transparência. O Conselheiro Mauro Ricardo manifestou sua preocupação quanto a não constar em seu currículo, funções de auditoria, o que poderia resultar na descontinuidade do trabalho que vinha sendo realizado. Sugeriu ao Sr. Wânnius que, para continuidade do processo, se inteire dos relatórios de acompanhamento das recomendações dos órgãos fiscalizadores, tais como PREVIC, Tribunal de Contas, Conselhos Deliberativo e Fiscal e COAUD, bem como de outros documentos relevantes. Em resposta, o Sr. Wânnius disse não ter exercido especificamente a função de auditor, mas ressaltou que o aprendizado e experiências adquiridas durante sua trajetória certamente contribuirão, e muito, para o desempenho do trabalho para o qual foi

contratado. Reafirmou seu compromisso em dar continuidade ao trabalho que estava sendo realizado, com base no plano de auditoria elaborado e aprovado pelo Conselho. Seguindo, para comentar sobre o item 7, a Presidente do Conselho informou sobre o recebimento do Ofício nº 001/2024/CONSELHO FISCAL, em 24 de setembro de 2024, visando comunicar que tomou conhecimento de que funcionários de áreas ligadas à atuação daquele colegiado estão se desligando da Fundação e, por isso, registra sua preocupação com uma eventual perda de informações do histórico da Fundação dado que alguns desses funcionários atuam por diversos anos nos mesmos postos de trabalho. A respeito do assunto, a Presidente disse haver entrado em contato com a Diretoria Executiva, recomendando que as substituições sejam conduzidas com muita responsabilidade, em especial no tocante a sucessão e transmissão de legado, informações, com uma sucessão sem risco de descontinuidade de atividades e com plena retenção das informações. Ainda, considerando que na área contábil as pessoas estavam alocadas há muito tempo, por certo há uma concentração de informações, muitas vezes não documentadas, mas que precisam ser resgatadas e repassadas a quem vier a assumir o cargo. Disse ter plena confiança no trabalho da nova Diretoria, mas entende o registro do apontamento pelo Conselho Fiscal. O Conselheiro Demetrius ao se referir à importância da Sra. Angelita para a área contábil, demonstrou preocupação quanto a continuidade dos trabalhos, considerando que a Fundação ainda carece de registros de todas as informações em sistemas. Sugeriu que a Diretoria informe ao Conselho, tempestivamente, as etapas do processo da transição. O Conselheiro José Dutra endossou as palavras do Conselheiro Demetrius agradecendo a dedicação e a presteza no atendimento às demandas de parte da Sra. Angelita, desejando sucesso na sua próxima etapa. A Diretora Vanessa iniciou sua participação, colocando-se à disposição para reuniões e esclarecimento de dúvidas. Disse que a Diretoria compartilha das responsabilidades das sucessões, com muita clareza do está sendo feito. No caso da saída da Sra. Angelita, citou que já existem no setor duas colaboradoras, Tatiana e Elizângela, com vasta experiência na área. A Sra. Angelita, demonstrando postura profissional, aceitou estender sua permanência até o dia 18.10.24, tempo necessário para o processo de transição. Já foram parametrizados todos os fluxos e processos de trabalho, definidas as responsabilidades, com a colaboração do Diretor Alessandro, responsável pela área de Tecnologia. Finalizou dizendo que foi iniciado processo de seleção para a escolha do substituto. Na sequência, para comentar sobre o item 8 da pauta, passou a palavra a Diretora de Investimentos Francislene, que iniciou comentando a movimentação do mês de agosto/24, destacando a evolução patrimonial, que somou R\$ 3,641 bilhões e a captação líquida mensal de R\$ 37,45 milhões. A alocação do patrimônio, por plano, apresenta uma concentração de 94,95% nos planos PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG UNIS e de 2,84% nos demais planos. As alocações do patrimônio por indexador, concentram 44,38% em CDI, 42,93% em inflação, 4,72% em Ibovespa, 0,76% em SMLL, 2,30% em IFIX, 1,83% em MSCI EUROPE, 0,98% em MSCI WORLD e 2,11% PGA. A alocação do patrimônio por Fundo concentra 81,41% em Renda Fixa, 5,47% em renda variável, 2,30% no segmento Imobiliário, 5,81 em FIP variável, 2,81% em ações no exterior, 2,11 no PGA e 0,08% empréstimo mútuo. O retorno acumulado da carteira no mês de agosto foi de 1,06% para um alvo de 0,32% e, no ano, 6,82% para um alvo de 5,59%, portanto atingindo a meta mensal e do período. A rentabilidade acumulada desde o início é de 236,04% para um alvo de 219,36%. Em continuidade, apresentou as principais movimentações realizadas no mês e o valor dos pagamentos de benefícios e resgates e o comparativo de

rentabilidade entre 120 EFPC, elaborado pela Consultoria ADITUS. Encerrada a apresentação e não havendo questionamentos, a Presidente agradeceu a participação. Encerrados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião e para constar, eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes.

Marina Brito Battilani
Presidente do Conselho

Aldo Cuomo
Conselheiro

Demetrius Queiroz do Rego Barros
Conselheiro

Jean Pierre Geremias de Jesus Neto
Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva
Conselheiro

Mauro Ricardo Machado Costa, conselheiro



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Gnoatto, Assistente Técnico Previdência Complementar III**, em 08/11/2024, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 08/11/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Conselheiro**, em 08/11/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 08/11/2024, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Ricardo Machado Costa, Conselheiro**, em 11/11/2024, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 13/11/2024, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0045690973** e o código CRC **7EB7153B**.
